

ID: 58972039

24-04-2015

BorderCrossings

A poesia (também) como pátria imaginada

Canto conforme a circunstância/circunstância não minha mas dos homens todos./É noite estou fechado é noite/minha canção acesa sobre o mundo.

Manuel Alegre, *Praça da Canção*

VAMBERTO FREITAS

Em *Terra Devastada*, T. S. Eliot elege o mês de Abril como “o mais cruel dos meses”, o tempo da morte presente dando lugar ao renascimento da vida, a podridão da terra transformando-se no campo de cheiro e brilho primaveril, a semente e a flor prometendo a visão de todos os paraísos perdidos. Num poema que nos fazia transpirar de frustração interpretativa nas faculdades americanas, numa época em que estava decididamente fora de moda ler o que então chamávamos, com todo o desprezo, “os elitistas” da literatura ocidental, os seus versos de abertura são de facto devastadores na sua verdade e na sua beleza. Os intérpretes mais sabedores transmitiam-nos o que ainda não sabíamos reconhecer – o genial jogo da forma lúdica das palavras que só declamadas nos dão a musicalidade da linguagem, enquanto carregam em si as mais poderosas metáforas de aproximação a um outro entendimento da condição humana desde os tempos imemoriais, esses versos de abertura do grande poema tornando-se o in-tróito do canto quase incomparável na língua inglesa, significando, uma vez mais, a verdade da natureza implacável, transformando-se na metáfora da vida e da morte. Retenhamos ainda uma das mais pungentes e pessimistas imagens do poema: T. S. Eliot, na altura um expatriado bancário em Londres a olhar do seu escritório as multidões de trabalhadores oprimidos e tristes arrastando-se na famosa ponte do Tamisa, rumo à dureza do nebuloso dia londrino, o pessimismo do poeta na terra sem promessa, o contraditório da aristocrática Europa ao virar do século, e que ele havia sonhado na América profunda e inculta da sua nascença. Abril é, aqui, o mês da ambiguidade do nosso próprio ser: “Abril é o mais cruel dos meses, germina/Lilases da terra morta, mistura/Memória e desejo, aviva/Agónicas raízes com a chuva da primavera”.

Retiremos da *Praça da Canção*, de Manuel Alegre, as palavras “ideologia” e “política”, mas nunca a palavra História, assim com “H” maiúsculo, e, creio que assim melhor se deverá entender, numa outra interpretação, a grande, marcante, e já canónica poesia do “País de Abril”, o poema como geografia afectiva, onde habita a “memória e desejo”, o passado triste (aliás palavra recorrente nestas páginas) de todo um povo por entre a sua insistência secular de libertação e felicidade, numa definição individualmente humana e colectivamente histórica. Cada leitor traz para um texto ou poema, sabemos, as circunstâncias da sua vida, as etapas decisivas do seu percurso, não há leitura num vácuo. Saído do meu país na adolescência com destino a terras distantes, “pátria” para mim foi sempre

uma noção tão real como imaginária, a memória do passado em ajustamento constante a cada presente vivido na ausência de um sentido claro de *pertença* em qualquer um dos lados das fronteiras da minha, ou nossa, existência. Quando li pela primeira vez na Califórnia alguns destes poemas de Manuel Alegre, nos tempos seguintes ao 25 de Abril de 1974, experimentei outro “choque de reconhecimento” melvilliano: aqui estava a memória não vivida do meu país, mas a dor e o descalabro contínuo da guerra em África (de que falávamos nalgumas aulas de Ciências Políticas) provocando em mim o mesmo que, pouco antes, havia sentido aquando do violento golpe em Santiago do Chile. As “pátrias imaginárias” de que nos fala Salman Rushdie são-nos tão reais como o chão que pisamos, e, pelo menos no meu caso pessoal, só a grande literatura as perpetuou em mim, dando-me as “imagens e as miragens”, de que um dia José Martins Garcia me diria ser o modo como sempre vimos o outro lado do mar, as Américas, ou, ao contrário para outros açorianos, o nosso restante país a leste. Se os que ficavam neste Portugal em guerra, e política e economicamente miserável, começavam, por força da história, a viajar forçadamente entre as suas margens da Europa e África, sendo eles os sujeitos da *Praça da Canção*, os outros -- como eu, à distância -- estavam igualmente presentes na voz que Manuel Alegre fez ecoar nessa prisão real metafórica que era o nosso território, quando se dirigia aos seus leitores -- ou ouvintes, como veio a acontecer com alguns destes poemas -- lembrando e protestando a emigração forçada dos seus compatriotas, o exílio exterior e interior generalizado, a nossa condição de povo messiânico mas perdido. Não é preciso ser nativo de um espaço linguístico e cultural para absorver um poema ou qualquer outro texto, movidos que somos pelo que entendemos ser o universalismo do sentir humano, a angústia existencial que parece comum a todos os povos. Só que quando vem da nossa própria Tradição, quando na sua idiossincrasia de falas e saberes nos reconhecemos comovidamente, quando o espelho nos reflete a nossa própria imagem, o sentido de *pertença* que nos havia sido roubado pelas forças dominantes num dado momento da nossa história acontece pelas palavras, é-nos recuperado pelos significados de uma memória que parece genética, pelo desejo renovado, neste caso, de um regresso ao nosso próprio ser e

chão, são as “letras de sangue”, “canto da nossa tristeza”, que o poeta nos devolve pelo seu punho e pela sua voz. Quando lia e leio um poema como “Trova do Emigrante”, leio-me, e leio os meus compatriotas, o destino de França sendo o mesmo que o das Américas, o destino comum dos nossos, a verdade da nossa peregrinação involuntária, que tentavam justificar por qualquer instinto de aventura natural ao povo português: *Não tem sede de aventura/nem quis a terra distante./A vida o fez viajante./Se busca terras de França/é que a sorte lhe foi dura/e um homem também se cansa*. Toda a literatura é uma dialéctica da vida, toda a grande literatura é um diálogo com o outro, a viagem em busca da imaginada ilha sempre em frente, a salvação e regeneração pessoal e colectiva, quando a nossa casa comum é assaltada pelos comerciantes da miséria e da morte.

Praça da Canção não fica nem poderia ficar pelo choro de um povo caído, contém em si, como muitos outros já escreveram sobre este livro, publicado em 1965, e de imediato feito uma espécie de manifesto, lido e cantado, da raiva e esperança nacional, a nossa história como moldura, referenciando ainda todo o arquivo vivo e criativo que é uma grande literatura como a nossa, desde Camões aos poetas e outros escritores do século passado. Uma vez mais, li-o e leio sempre a partir do meu passado transnacional, linguístico e literário. Regressemos à sempre inevitável questão de literatura e política, em qualquer época ou espaço nacional. Não será nunca a política que cria ou pensa a literatura, mas o seu contrário. Se toda a literatura deveria ser, para além de tudo o mais, uma reafirmação da vida, por assim dizer,

um determinado posicionamento societal, comunitário, é, *ipso facto*, parte fulcral do sua temática. Se *Praça da Canção* é esse grito memorial contra a opressão e pela liberdade de um povo, é do mesmo modo, e com a mesma força, essa afirmação da vida, esse desejo do, e crença no futuro. Não será mera coincidência que percebi sempre nestes poemas outro hino à democracia, tal como algum tempo antes havia encontrado em Walt Whitman, no seu único volume de poesia, *Folhas de Relva*, o *song of myself/canção de mim mesmo*, o modernista que Fernando Pessoa havia adoptado desde cedo como a sua influência maior, com ou sem ansiedade de o ultrapassar. Ninguém lê Whitman, e fala em ideologia ou política, ou pelo menos ninguém o lerá só por essa perspectiva, mas todos percebem que

é ele o primeiro a cantar a liberdade e a feliz modernidade do seu país, a cantar a multidude humana e diversa em seu redor, e isso apesar de ter participado e visto de perto a primeira grande guerra civil total. *Praça da Canção*, e para além do seu autor ter vivido uma das tragédias maiores do seu país, não fica por menos, é essa festa de ser e estar vivo, é essa narrativa ritmada pela liberdade e pela modernidade civilizada, como em “Corpo Inteiro”: *Cantando é como se dissesse: estou aqui./Cantando eu nego o que me nega/acto de amor/coração perpendicular ao tempo./Cantando é como se dissesse: estou aqui/na multidão que está dentro de mim./Recuso a morte cantando/recuso a solidão*.

Resta aqui lembrar que estar nos Açores não é nada de novo para Manuel Alegre, todos sabem da sua biografia desde o seu tempo de tropa em S. Miguel, na companhia de Melo Antunes, a quem dedica nesta edição de *Praça da Canção*, comemorativa dos 50 anos da sua publicação, o poema “País de Abril”. Como gesto natural das suas frequentes visitas às ilhas, publicou ainda os poemas sob o título *Pico*, e mais tarde fez sair *Escrito no mar: Livro dos Açores*, com fotografias de Jorge Barros. Quando editou toda a sua poesia até 1989 em *O Canto e as Armas* (D. Quixote), foi João de Melo que assinou o prefácio. A presente edição é prefaciada por José Carlos de Vasconcelos, num texto que contextualiza, e revê a história da recepção original desta obra nos anos de chumbo, num país sob ditadura e guerra. ♦

Manuel Alegre, *Praça da Canção* (4ª edição), Lisboa, Publicações D. Quixote, 2015.

